



A MEDICALIZAÇÃO E SUA HISTÓRIA: NORMALIZAÇÃO E DISCIPLINAMENTO POR MEIO DA ESCOLA.

Fabiola Colombani¹
Alonso Bezerra de Carvalho²

GT11 – Educação e Psicologia

Resumo

Este trabalho tem como objetivo introduzir o leitor no tema da medicalização escolar por meio de sua história, mostrando alguns indícios de seu surgimento, como também, descrever brevemente o aparecimento da instituição escola, o desejo burguês da moral e da ordem e a influência médica tanto na família quanto na educação, com o recurso das práticas medicalizantes e biologizantes do processo de aprendizagem, maciçamente presentes no cotidiano escolar atual. A partir de uma revisão bibliográfica, apresentamos e discutimos o problema da medicalização como uma prática que transforma dificuldades escolares em questões médicas, tratando o corpo biológico como um instrumento de análise e de investidas políticas com o propósito de extinguir todo e qualquer comportamento indesejável na sala de aula.

Palavras-chave: medicalização. Escola. Disciplina. normalização.

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo introducir al lector en el tema de la medicalización escolar a través de su historia, mostrando algunos indicios de su surgimiento, como también, describir brevemente la aparición de la institución escuela, el deseo burgués de la moral y del orden y la influencia médica tanto en la familia como en la educación, con el recurso de las prácticas medicalizantes y biologizantes del proceso de aprendizaje, masivamente presentes en el cotidiano escolar actual. A partir de una revisión bibliográfica, presentamos y discutimos el problema de la medicalización como una práctica que transforma dificultades escolares en cuestiones médicas, tratando el cuerpo biológico como un instrumento de análisis y de inversiones políticas con el propósito de extinguir todo y cualquier comportamiento indeseable en la sala de clase.

Palabras clave: medicalización. la escuela. la disciplina. la normalización.

¹ Doutora em Educação (UNESP/Marília), coordenadora e docente do curso de Psicologia da Faculdade Católica Paulista (FACAP). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade (GEPEES). Email: fabicolombani@hotmail.com.

² Livre-docente em Didática (UNESP), Doutor em Filosofia da Educação (USP), docente do Departamento de Educação da UNESP/Assis e do Programa de Pós-graduação em Educação, da UNESP/Marília. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade (GEPEES). E-mail: alonsoprofessor@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO: A INFÂNCIA EM SUA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA E SOCIAL.

Nesta pesquisa não se procura promover uma crítica de ataque à profissão médica ou aos profissionais de saúde, ambos considerados por nós de suma importância desde os tempos hipocráticos. Mas sim, da prática que se constituiu em torno da educação e suas consequências para os indivíduos e a sociedade.

No Brasil, a história da educação começa a delinear contornos próprios e significativos entre o final do século XIX e início do século XX, influenciada ainda pelos resíduos europeus de uma educação voltada aos cuidados médico-assistencialistas, com interesse em analisar e orientar o comportamento humano, em construir dispositivos dentro dos padrões positivistas para obter um poder sobre a vida.

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1979, p. 25).

No século XVII e mais intensamente no século XVIII - século das luzes - houve grandes mudanças em relação à criança. Foi o período no qual começou a surgir uma nova visão de infância, até mesmo nas brincadeiras e vestimentas utilizadas por elas, que até então assemelhava-se muito ao adulto. Se até então a criança não tinha importância social, como descreve Ariès (1981) em sua obra clássica *História Social da Criança e da Família*, a partir do século XVII começa a existir por parte da família um interesse pelo desenvolvimento físico-emocional dos filhos, uma necessidade de compreendê-los diante de suas mudanças físicas e da forma com que se relacionavam. Essa percepção fez surgir uma preocupação em separar o mundo infantil do mundo adulto e o que seria mais apropriado para aquela fase da vida.

Ainda de forma muito rudimentar pensou-se em agrupar as crianças para que elas saíssem das “trevas da ignorância” e pudessem colaborar socialmente de alguma forma, pois até então, eram vistas sob uma inutilidade social completa a não ser pela mão de obra escravizada que embora não possuíssem grande destreza prática, eram passivas de controle e corroboravam com a mecanização. Desta forma, a escola passou a ser o lugar da infância – o



lugar adequado para se humanizar - e a criança deixou de aprender somente com a convivência adulta. Começou então, um longo processo de enclausuramento das crianças (assim como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ÁRIES, 1981, p.11). Seria a forma encontrada para adaptar o corpo infantil à jornada de trabalho, pois a escola continha o mesmo formato das grandes fábricas. Ao olhar a criança de outra forma, a sociedade passou a se preocupar mais com a saúde e o bem-estar infantil, pensando na importância em cuidar dos primeiros anos de vida – puericultura - de modo a garantir a sua sobrevivência, preparando-a para um bom desenvolvimento físico e moral.

Nesse processo, as *Casas de Roda* tornaram-se um grande depósito de crianças enjeitadas. Segundo (COSTA, 1989, p.164), essas casas foram fundadas e se mantiveram com o intuito de proteger a honra da família colonial e a vida da infância. Estas medidas foram um marco na história social da criança abandonada, tanto na Europa quanto no Brasil, que influenciou inclusive no aparecimento de uma nova função laboral, a ama-de-leite mercenária, que eram chamadas dessa forma, pois amamentavam outras crianças além dos seus, apenas interessadas pelo dinheiro, sem higiene ou cuidados específicos, o que somado à precariedade do saneamento básico, causava muitas mortes prematuras nos primeiros meses de vida dos bebês.

Essas questões só começaram a ser pensadas no final do século XIX, com o grande número de crianças abandonadas, e as limitações que sofriam as instituições de caridade. Essa “facilidade” no abandono infantil não instruiu a população, pelo contrário, incentivava a desordem social e conseqüentemente a política, o que deu legitimidade ao Estado para dominar as ações individuais e coletivas, pois ele passou a ter que interferir na forma com que as famílias se organizavam, procriavam e planejavam suas ações. Neste momento, as técnicas disciplinares saem do ostracismo colonial e começam a ocupar o primeiro plano da cena político-urbana (COSTA, 1989, p.57).

Resulta desse processo a necessidade de intervenção da escola para combater a desordem social. Tal instituição foi criada para receber o povo que formado em sua maioria por mestiços, negros e índios, encontravam-se às margens de investimentos e preocupações sociais. Com isso, a escola, a princípio, afastou as crianças das classes mais abastadas, pois além de contarem com uma educação domiciliar, ainda seus pais temiam que sofressem



influências negativas das crianças consideradas moralmente afetadas, filhos de pais “degenerados” como eram chamados, pertencentes às classes e raças “inferiores”

O pensamento higienista seria, então, uma das formas disciplinares que surgiram com o objetivo de reestruturar o núcleo familiar, mas isso só ocorre através do poder médico que se insere na política de transformação do coletivo, para compensar as deficiências da lei e entrar no espaço da norma. A ideia era possibilitar condições de produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos domesticados, normatizados, higienizados e individualizados, que se tornariam aptos a colaborar com o progresso da cidade, do Estado, enfim, da Pátria. Em síntese, estavam dadas as condições para uma prática social que controla a vida, incluindo a das crianças e o espaço institucionalizado para isso é a escola.

A NORMALIZAÇÃO POR MEIO DA ESCOLA E DA FAMÍLIA: A INTERVENÇÃO HIGIENISTA E EUGENISTA

A escola foi pensada para ser esse lugar de aplicação da norma, de controle, das prescrições pré-estabelecidas, que serviria como dispositivo para o alcance da ordem social, modelando o indivíduo para que sua vida privada e familiar seguisse atrelada aos anseios políticos de uma determinada classe social - a burguesia. Segundo Foucault (2008a, p.58),

A normalização disciplinar consiste em traçar primeiro um modelo, um modelo ótimo que está construído em função de um determinado resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em tratar de conformar as pessoas, os gestos, os atos a este modelo. O normal é, precisamente, o que é capaz de adequar-se a esta norma, e o anormal, o que não o é. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, mas sim a norma. Para dizer de outra maneira, a norma tem um caráter primariamente prescritivo, e a determinação e distinção entre o normal e o anormal resultam em possibilidades decorrentes dessa norma postulada.

Para Boarini (2003), a educação higiênica ou higienista veio disposta a refinar e a racionalizar a primitiva sociedade colonial, gerando um processo de hierarquização social da inteligência e das boas maneiras. Instalou-se a ideia de que ser culto era superior ao ser inculto, de que uma vida abastada de conhecimento proporcionaria uma vida feliz, uma nova forma de viver, uma maneira consciente de pensar e de sentir, enfim, um pouco daquilo que os gregos chamavam de *éthos* – na medida que adota uma forma prática da superação do próprio limite.



Estabeleceu-se assim, a razão como princípio fundamental para orientar a vida das pessoas, a fim de que se pudesse alcançar o progresso. Aos poucos, houve uma evolução higiênica da família, aumentando a disciplina, a vigilância e a repressão, que se estenderam também ao âmbito da educação. Os higienistas acreditavam que se o controle do corpo fosse feito desde a infância, as condutas na fase adulta já estariam condizentes com o ideal desejado, isto é, uma criança bem fiscalizada seria o perfeito adulto higiênico. Porém, essas condutas não propiciavam o desenvolvimento da conscientização no sentido de levar os indivíduos a mudarem suas visões de mundo. A ação das normas educativo-terapêuticas se instituíram de forma despolitizada, individualizante, reduzindo o indivíduo a um mero produto de seu intimismo psicológico, sem levar em consideração às próprias necessidades sócio-emocionais.

No caso do Brasil, segundo Costa (1989), foi com a chegada da Corte ao Brasil que ocorreram várias modificações. Se antes os cuidados infantis se reduziam à assistência caritativa, a partir daquele momento passou a ter outro valor. Com a necessidade da alfabetização e da entrada do homem no mundo da razão, a escola passou a ser espaço primordial da infância e seria lá o lugar mais apropriado para a medicina influenciar o comportamento de cada aluno, imprimindo ali o seu poder, visto que a família estaria distante daquelas ações e ainda seria diretamente “beneficiada” com a modificação das condutas de seus filhos que indiretamente poderiam servir também como fiscalizadores. Desta forma, os higienistas passaram a pensar que, ao invés de castigar os cidadãos, deveriam prevenir pensando no adulto de amanhã, construindo seres sujeitáveis e submissos.

A família passou a ser abordada, com a justificativa de que a submissão às novas leis de conduta possibilitaria a sobrevivência da prole, o prolongamento da saúde e a felicidade do corpo. Deixá-los vulneráveis os tornariam aliados, o que facilitaria o controle sobre suas crianças. Dessa forma, fica evidente a preocupação em estabelecer a norma, que pudessem orientar as práticas higiênicas com o apoio da família. Entretanto aqueles que não tinham família não contavam com a supervisão médica, mas sim com a vigilância policial, por intermédio da qual muitas vezes eram encaminhados às prisões e aos asilos, permanecendo a margem dos cuidados do estado. Esses não seriam multiplicadores, portanto, não eram de grande utilidade.

Nesse intenso desejo de progresso, a higienização da família foi uma das propostas pensadas para contribuir com o desenvolvimento urbano, principalmente nos grandes centros.



A medicina se voltou para esse fim, embora devamos deixar bem claro que nem todos os médicos se interessaram por essa prática médica higienista, mas os que abraçaram a causa se propuseram a modificar os hábitos através do disciplinamento, partindo de um ideal de comportamento, onde todo e qualquer indivíduo que não obedecesse às normas era considerado fora do padrão desejado.

A família, mesmo dentro de uma posição senhorial, estava sendo dominada lentamente, tomada por pequenos poderes - o biopoder - que eram representados por agentes do Estado, responsáveis pela divisão dos padrões de comportamento social em legais e normativos, buscando a universalização de novos valores – a biopolítica-, principalmente o de acreditar na supervalorização do Estado em relação à família, regulando os indivíduos para que se adaptassem à ordem imposta pelo poder, não apenas para abolir as condutas inaceitáveis, mas também para que houvesse a incorporação de novas condutas.

A medicina começou a atuar mais próxima das pessoas, segundo uma prática filantrópico-assistencialista que invadia a vida privada sem que configurasse um ato de desrespeito, mas que se caracterizasse como uma atenção do Estado para com seu povo, o que “imobilizou” a população deixando-a sob tutela do domínio estatal.

Desenvolvendo uma nova moral da vida e do corpo, a medicina contornou as vicissitudes da lei, classificando as condutas lesa-Estado como antinaturais e anormais. Todo trabalho de persuasão higiênica desenvolvido no século XIX vai ser montado sobre a ideia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado (COSTA, 1989, p.63).

Segundo o autor, a higiene, a princípio, parece cuidar da moral e dos bons costumes da vida privada e pública dos indivíduos, mas na verdade o maior alvo da higiene sempre foi a família, ao passar a ideia de que era necessário um cuidado científico para que ela pudesse se adaptar à urbanização e cuidar dos filhos, pois os pais eram vistos como incapazes visto que erravam por ignorância e a família acabava por descobrir no saber higiênico a prova de sua incompetência que os higienistas faziam questão de apontar.

Desta forma, a medicina passou a ser recebida e internalizada pela família que pode reconhecê-la como padrão regulador dos comportamentos, impedindo toda e qualquer conduta que se desviasse do padrão desejado pelos higienistas. Se o principal objetivo do Estado era combater os maus hábitos entre os adultos, isso só ocorria com a intenção de que a criança fosse guiada por hábitos saudáveis, pensando nela como adulto do amanhã que contribuiria para o progresso.



A família passou então a ser moldada segundo o código médico e a casa converteu-se em local constante de vigilância de saúde, controle de doenças e de militância moral. Um modelo de regulação disciplinar foi sendo desenhado e construído progressivamente, invadindo a forma de funcionamento familiar e pouco a pouco foi se configurando o conceito de família “perfeita”, a família nuclear, na qual o filho era sadio e respeitador, a mãe amorosa e dedicada ao lar e o pai progenitor, responsável pelo sustento da casa.

Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (2008b) faz uma discussão singular sobre a ação da disciplina como reguladora dos instrumentos normalizadores, a qual favoreceu a docilidade com que a família se sujeitou à higiene, o que acabou desencadeando uma nova constituição social. A higiene, representada por cientistas da área médica, chegou exercendo um papel de suposto saber que, tomado de pleno poder, recebeu licença para adentrar no seio familiar e conseqüentemente influenciar o funcionamento de outras áreas que até então não faziam parte da competência médica, como por exemplo, a educação. A escola foi alvo dessa prática médica, pois viu-se nessa instituição, um campo fértil para cultivar as sementes da disciplina que germinariam a melhoria social das próximas décadas.

A disciplina para Foucault tem ligação direta com o poder, pois segundo ele o poder é a ação das forças em detrimento de algo ou de alguém que exerce fragilidade ou submissão em relação ao outro. O olhar hierárquico, que estigmatiza e reprime o que não é aceitável, tem como objetivo disciplinar o corpo dócil - termo usado por Foucault - que está adjacente a uma época clássica em que houve a descoberta do corpo como um alvo de poder. Os higienistas se utilizaram, em suas investidas, de um corpo que pode ser manipulado, modelado, treinado, que obedece e corresponde aos desejos dos detentores do poder que neste caso, está caracterizado na figura médica.

[..] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2008b, p.119).



O autor então elucida que o disciplinamento veio não só para moldar a forma de organização familiar, como também, para cobrir de domínio através da norma, todo o corpo social que ao ser vigiado e manipulado “lubrificava” toda engrenagem, tornando-se a vigilância um operador econômico determinante, na medida em que o poder disciplinar influencia na produtividade social.

Mais tarde com o Iluminismo, as preocupações com a infância se intensificaram e se centraram na ideia de transformar a criança em “homem dotado de razão”, sempre com o objetivo de torná-la produtiva. Mas é no século XIX que a escola passa a ser o local por excelência da educação e da aprendizagem das crianças, havendo os disciplinamentos impostos pela instituição, com o intuito de constituir sujeitos eugênicos e capazes, que deem conta de uma nova forma econômica que surgiu naquele momento - a industrialização.

Desta forma, a infância passou a ser mais valorizada, sendo alvo de cuidados específicos por meio de um controle assíduo. Se esse “controle” do corpo tinha como principal objetivo obter uma infância protegida e higienizada, para que houvesse a defesa da sociedade, pensando a criança como o “adulto do amanhã”, só o tinha para que esse “adulto do amanhã” viesse a ser um aparelho social eficiente, isto é, um cidadão que viesse a contribuir para o avanço de sua nação com suas práticas progressistas e salubres. A escola se tornou o lugar apropriado para cultivar os bons hábitos na infância, cujo objetivo seria buscar a harmonização do corpo e do espírito com o alcance da disciplina.

A MEDICALIZAÇÃO: PRÁTICA DISCIPLINAR, EUGÊNICA E HIGIENISTA

Além da preocupação com a saúde e a higiene, que visava o controle das normas pelo disciplinamento do indivíduo, houve também todo um discurso eugênico que se criou na ciência médica, com o intuito de dar uma efetiva atenção à raça. Esta era uma questão de suma importância para os médicos, que tinham a raça como responsável pelo progresso ou detrimento social.

A eugenia, assim, funcionou como um princípio de racionalidade e infiltrou-se como um dispositivo que contribuiria tanto com o disciplinamento da máquina³ quanto com a depuração da raça. A ideia do branqueamento da raça acompanhou a justificativa de que o

³ Termo usado por Foucault para representar o corpo, composto por várias “peças” elementares que se combinam.



negro estava intimamente ligado à pobreza e à ignorância, o que seria um perigo para o controle das doenças e da ordem social.

Os higienistas, tomados por uma visão extremamente biologizante e organicista, tinham como certeza absoluta que a depuração de sangues inferiores tornaria a população mais homogênea racialmente o que facilitaria no trabalho de alcance da civilização.

A eugenia modelando os corpos físicos (re)modelaria o corpo social, pelo “revigoramento” orgânico e pela “construção” da consciência do cidadão. Estabeleceria o lugar dos diferentes grupos na sociedade acenando-lhes porém com a possibilidade de outras posições assim que atingissem o branqueamento, a disciplina e a normalização (MARQUES, 1994, p. 44).

Sendo assim, além da família, a raça também se tornou alvo de controle e modelamento dos intelectuais, que tinham como exemplo a nobreza lusa e a sociedade burguesa europeia. A princípio, os higienistas acreditavam que o meio dominaria os indivíduos. Porém, após um tempo, com o aprofundamento dos seus estudos científicos, os higienistas perceberam que somente cuidar da higiene, modificando o meio, os costumes e os hábitos, não era o suficiente para fazer nascer o progresso, além de organizar as cidades, controlar as doenças e reformular todo o contexto político-cultural. Era preciso cuidar de algo que independia da higiene - a genética, enfim, a semente hereditária.

Os higienistas procuravam o branqueamento da raça, por associar o branco a um corpo saudável, sexualmente forte e moralmente regrado. Já o negro era coligado ao descontrole social, a um intelecto empobrecido e a uma moral e uma constituição física e mental desagregadas.

A década de 1870 possui como marco a entrada significativa da influência médico-higienista nas questões educacionais. A escola foi vista como um local onde a criança passaria a refletir sobre a importância da virtude física e moral, como também, a ter uma conscientização racial, que possibilitasse associar o progresso à raça branca, recriminando o ócio e aceitando o valor do trabalho como dignificação do homem.

Se os vícios, os maus hábitos, as crenças e a ignorância cultural poderiam ser transmitidos à criança pela família, era preciso, segundo os higienistas, apartar a criança de seus progenitores para que o futuro fosse pensado e mudado, embutindo-lhes bons hábitos ainda na primeira infância, com o intuito de haver uma superação do modo de vida dos pais, fazendo dessa criança um soldado disseminador das ideias higienistas. O discurso médico



apontava para a importância de uma intervenção precoce, pois a criança era vista como “cera a modelar”, na qual facilmente se imprimia a forma que se desejava. Segundo Marques (1994) a instituição modelar tornava-se educativa já na sua própria concepção arquitetônica.

Ver a criança como entidade física-moral ainda sem forma, justificava todas as investidas de instalações de hábitos, tão defendida pela sociedade médica-sanitarista que acreditava na importância da domesticação⁴ disciplinar. Essa ideia se intensificou cada vez mais no final do século XIX e início do século XX, porém, é na primeira metade do século XX, mais especificamente na década de 1920 que a higienização tomou força maior, havendo o processo de desenvolvimento de uma vida regulada pelos discursos e práticas médicas, sendo inclusive apoiada pelo Estado, cujo projeto era construir um movimento civilizatório rumo a uma nação próspera.

O benefício iria além da escola: alcançará os demais membros da família, que deverão uma boa parte de sua saúde e de seus hábitos sanitários à influência do professor. (ALMEIDA JUNIOR, 1992, p.53).

Essas práticas de “ir inculcando hábitos sadios” nas crianças, pela higiene, era a simbiose perfeita da educação moral com a educação higiênica na medida em que “reunir uma a outra é aproveitar a ambas: a moral, assegurando a execução da higiene, fornecendo a concretização e a prática da solidariedade humana. (ALMEIDA JÚNIOR, 1992, p.56).

O interesse pela infância seria então a preparação para o adulto do amanhã. Vem daí o fato de as ações preventivas e educativas a ela dirigidas resultarem na criação de um homem melhorado e sadio, que viria propagar as ideias higienistas servindo à nação, colaborando com isso para a ordem social. Se antes a criança era manipulada pela igreja e pela família, agora passa a ser objeto de manipulação da ciência e o seu corpo torna-se alvo de mais um mecanismo de poder. A escola passou a ser vista como o meio e a criança como o fim dos alvos das ações de prevenção e saneamento, onde educação e saúde se uniram para normalizá-la, enquanto o educador passou a representar um “identificador de anormalidades”.

Patto (1991), localiza a entrada dessas ideias no Brasil, no início do século XX, por Franco da Rocha, Lourenço Filho e Durval Marcondes em São Paulo e por Arthur Ramos que desempenhou papel semelhante no Rio de Janeiro. A primeira experiência brasileira de instalação de clínicas de higiene mental nas escolas foi o “Serviço de Higiene Mental da Seção de Ortofrenia e Higiene do Instituto de Pesquisas Educacionais, fundada quando da

⁴ Termo usado por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (2008), para se referir ao disciplinamento do homem.



reforma do Ensino Municipal do Distrito Federal instalada em 1934”, mostrando claramente uma operacionalização da influência do modelo médico nas escolas brasileiras, originado do movimento higienista norte-americano, que Ramos ajudou a introduzir no Brasil.

A instituição escola seria então um dos lugares de ação desse poder científico, que viria para “reformular” os cidadãos deste país e afastar do caminho do progresso as “enfermidades” morais. Tentaria construir na criança higienizada um corpo apto, constituído com vigor resultante do cultivo da educação física e dos hábitos saudáveis. A escola torna-se o lugar de ação de várias disciplinas e formas de disciplinamento e, como diz Foucault (2008), a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado, impondo uma relação de docilidade-utilidade.

As normas, que vieram para diferenciar as boas condutas das más e enquadrar os comportamentos considerados adequados, tinham como parâmetro a ideia de anormal ou patológico. O normal vem se estabelecer como uma forma de aprisionar o aluno, que através de uma educação padronizada, universaliza e iguala os desiguais, sem levar em consideração as singularidades de cada indivíduo.

Detectados os desvios conforme as normas, o corpo que não se comportasse de forma dócil e submisso, passaria então a sofrer sanções normalizadoras que vinham para combater a suposta “rebeldia”. Quais seriam estas sanções normalizadoras? A princípio, o castigo físico era o principal instrumento. A punição existia como forma de fazer o aluno obedecer a partir da dor e da humilhação e, posteriormente, vinha o exame médico-psicológico do escolar, com o objetivo de sanar os “alunos-problema”.

Cada vez mais a educação, foi se desenhando nas ideias geneticistas, para a qual a hereditariedade já trazia de antemão informações rotuladoras e estigmatizantes sobre a criança. A eugenia, cada vez mais forte, tratava a genética como um bio-poder, pensando o indivíduo como homem-máquina e corpo espécie, que vinha carregado de inúmeras expectativas sobre os processos biológicos, como os aspectos orgânicos próprios da raça. Sendo assim, os eugenistas viam a escola como um local que possibilitava à união harmônica do corpo e do espírito, podendo, pela cultura, melhorar o indivíduo e, conseqüentemente, a espécie. Essa visão de uma escola capaz de cuidar do corpo e da mente fazia ver como indispensável a presença de novos saberes a compor a equipe escolar, como os profissionais da saúde. Assim, a escola passou a ser uma rede de saberes e poderes que como uma teia, entrelaçava as concepções dos detentores do saber: higienistas e educadores.



A nova palavra de ordem é a *higiene mental escolar*. Com intenções preventivas, as clínicas de higiene mental e de orientação infantil disseminaram-se no mundo a partir da década de vinte e se propõe a estudar e corrigir os *desajustamentos infantis*. Sob o nome de psico-clínicas, clínicas ortofrênicas, clínicas de orientação ou clínicas de higiene mental infantil, elas servem à rede escolar através do diagnóstico, o mais precocemente possível de distúrbios da aprendizagem. A obsessão preventiva tem como lema “*keep the normal child normal*”(mantenha normal a criança normal) e em seu nome são criadas as “clínicas de hábitos” para crianças em idade pré-escolar (PATTO, 1991, p.44).

Toda essa forma de ver a educação surgiu no desejo de alcançar uma sociedade organizada e civilizada, que preparasse o indivíduo para o trabalho, disciplinando-o para que ele pudesse aceitar passivamente uma jornada laboral, pois afinal, as instituições educacionais acabaram desempenhando segundo Sarup (1980) - grande estudioso das ideias marxistas - um papel crucial na reprodução socioeconômica, pois com seu caráter hierárquico a educação sempre fez uma seleção social através da estratificação, que delineava comportamentos disciplinados e produtivos, o que tornaria os alunos futuramente aptos a produzir o que o capital engendrava, garantindo com isso a força de trabalho necessária para o desenvolvimento capitalista do país. De acordo com Constantino e Caruso (2003, p. 30), “trabalho e não-trabalho estabeleciam a cisão entre normal e o anormal”.

A baixa produção ou desvios na forma de produzir implicava uma intervenção de autoridade, que fiscalizava e punia, tendo como objetivo manter o alunado sob controle. A fiscalização era feita por inspeções que tinham um caráter de polícia médica e ao mesmo tempo formas de atuação de uma medicina social, própria da época.

A vigilância dos alunos, realizada por meio dos exames médicos, constituía-se no espaço da revista, espaço esse em que os alunos são observados por um poder que só se manifesta pelo olhar e no qual são levantados conhecimentos sobre o aluno, conhecimentos esses que são anotados, documentadas as aptidões, os vícios, as degenerescências, permitindo comparações, classificações, categorizações que servirão para a fixação de norma - de códigos médicos escolares - cujo objetivo será mantê-los sob controle por um lado, estabelecendo os gestos, os comportamentos normais; e, por outro, inserindo e distribuindo-os numa população, sem tirá-los da especificação de ser um “caso” que poderá ser normalizado ou excluído (MARQUES, 1994, p.113).

Esses dados, analisados conforme a citação acima, era uma ficha sanitária individual dos alunos na qual eram anotados aspectos sociológicos, antropológicos, psíquicos e



pedagógicos, com a participação dos profissionais da saúde e dos professores, que relatavam dados sobre a atenção, inteligência, memória, comportamentos enfim, toda e qualquer manifestação do aluno no cotidiano escolar. Esses registros eram utilizados como uma operação de exame, nos quais havia uma comparação das crianças entre si e com outras de outro meio social. Pode-se dizer que a criança passava por um processo de esquadramento, em que o sistema fragmentava seu corpo e a mente.

Essa ficha era analisada pelos médicos, que em caso de suspeita de anormalidade iniciavam um tratamento médico específico ao aluno. A escola tornava-se então, local onde se faria cada vez mais um trabalho profilático. Nesse sentido, o exame antrope-pedagógico delegou ao professor a tarefa de supervisionar, para junto com a área médica diagnosticar, excluir ou tratar os que se desviavam da “normalidade”.

A medicalização da infância veio como consequência da higienização e, neste sentido, educação e saúde se uniram ideologicamente como elementos inseparáveis na implantação de um programa de normalização e moralização, que visava a manter um forte pilar social - a ordem - pelos bons hábitos. Desde então, a educação passou a ser alvo do poder médico, configurada pelo papel de manter os indivíduos na heteronomia, que desde então, eram fortalecidas na escola pelas relações de coação, nas quais as regras e normas eram impostas, dadas como verdades únicas e imutáveis.

No entanto, educadores e médicos percebiam que tais ideias impostas às crianças eram absorvidas superficialmente dando a noção de rebeldia ou de conceitos e hábitos mal introjetados, o que é possível compreender se seguirmos a linha de raciocínio de Piaget que discorda da posição de que a moralidade é apreendida pela imposição da autoridade, e indica que as trocas e o respeito sejam possibilitadas pelas relações de cooperação, o que é imprescindível para a real introjeção e aceitação dos valores morais. Para Colombani; Martins; Shimizu (2014):

Para Piaget, o ideal é que a consciência tenda para a moralidade como um bem autônomo e que seja capaz de apreciar os valores das regras, uma vez que a moral não está nas regras que os indivíduos utilizam para realizar julgamentos morais, mas sim no princípio norteador de sua obediência: a reciprocidade.

Todavia, as práticas de coação e assujeitamento se intensificaram cada vez mais dentro das escolas e a pedagogia e a medicina se articularam para fazer do universo escolar objeto do



saber científico, construindo o novo homem e a nova sociedade, dando continuidade à medicina sanitária, que surgira com o intuito de fiscalizar os domicílios, higienizando a população e desestimulando o ócio.

O ócio foi outra questão que a escola tomou como importante, pois na sociedade colonial o tempo não era algo tão valorizado, coisa que numa sociedade capitalista em processo de industrialização não poderia ocorrer, como indica a famosa frase “tempo é dinheiro”. Havia uma irresponsabilidade em relação ao trabalho e à diversão e isso, segundo os progressistas, precisaria ser mudado e a escola deveria contribuir para essa mudança, modificando também os hábitos de lazer.

Essas ideias influenciaram os educadores no trabalho pedagógico com crianças, pois passaram a tolher o ato de brincar e as brincadeiras no cotidiano escolar, não pensando estas atividades como instrumento fundamental para o desenvolvimento infantil, mas como um desgaste de energia inútil que só estimulava o descompromisso com a educação. Desta forma, o lazer na escola, o recreio e as atividades físicas passaram a ser um lazer proposital, direcionado a um sentido formativo, o qual só existiria com o intuito de ilustrar algum conhecimento proposto pela prática pedagógica.

O tempo passa então, a ser instrumento disciplinar significativo, “precioso” que não condiz com momentos de ociosidade. Pelo contrário, deveria ser valorizado para preservar o corpo dos vícios e dos maus hábitos, que acarretariam em prejuízo do desenvolvimento físico e moral do indivíduo.

Se a vigilância estava presente nos diversos setores sociais, havia também todo um aparato punitivo, que cada vez mais passou a ser elaborado por normas médicas. Um instrumento punitivo significativo foi o uso das medicações psicotrópicas, que passaram a ser utilizadas frente às más condutas, tidas como “crimes higiênicos”. Estes medicamentos eram prescritos, sem saber qual efeito de fato causaria no indivíduo, fosse ele adulto ou criança. O castigo através da violência física foi lentamente cedendo lugar ao castigo simbólico e, se antes a psiquiatria se limitava a atuar no espaço hospitalar, mais tarde começou a se incorporar às ideias higienistas, deixando de atuar somente nos manicômios para lançar seus tentáculos em outras direções, como por exemplo, na escola.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jr., A. **O saneamento pela educação**. São Paulo, Tese de doutoramento. Faculdade de Medicina de São Paulo, 1922.
- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família e da Família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BOARINI, M. L. (org.) **Higiene e Raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá PR: Eduem, 2003.
- COLOMBANI, F.; ARAGÃO, R.M.; SHIMIZU, A.M. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: a medicalização e a coação no desenvolvimento moral. **Nuances: estudos sobre educação**, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 193-210, jan./abr. 2014.
- CONSTANTINO, E. P.; CARUSO, I. A. (orgs.) **Educação e Saúde: realidade e utopias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.
- COSTA, J.F. **Ordem Médica e Norma Familiar**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Segurança, Território, População**. Curso no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2008b.
- MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- _____. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SARUP, M. **Marxismo e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.